

## Senado/Conselho Geral da Universidade de Lisboa

Na Universidade de Lisboa, o **Senado** e o **Conselho Geral** são órgãos consultivos e de decisão, respectivamente, em que os estudantes têm representação e influência directa, em que os estudantes têm um papel importante na representatividade e reivindicação dos estudantes e dos seus direitos.

O **Senado**, órgão consultivo de representação da comunidade académica e das Escolas que integram a Universidade de Lisboa – funciona em plenário e não tem qualquer poder deliberativo. Pronuncia-se sobre as linhas de orientação da UL no plano científico e pedagógico e propicia a reflexão e diálogo dentro da comunidade académica. No entanto tanto a representação dos estudantes como a periodicidade de reunião do mesmo é insuficiente. Tal como se viu no passado mandato em que reuniram apenas por duas vezes.

O **Conselho Geral**, órgão de decisão estratégica e de supervisão da Universidade em que se discutem todas as questões da vida académica e em que os estudantes vêem os seus interesses e direitos em cima da mesa – sendo que são apenas seis os seus representantes, que se juntam a nove personalidades externas à UL e a uma maioria de professores. São aqui discutidos e decididos os valores das propinas a aplicar, o orçamento de cada faculdade e o plano anual de actividades.

### Acção Social Escolar (ASE) e Serviços de Acção Social da Universidade de Lisboa (SASUL)

Os SASUL são os responsáveis na UL pela Acção Social Escolar, garantindo uma suposta igualdade entre alunos no acesso e na frequência do Ensino Superior. A falta de financiamento destes serviços tem-se repercutido, por exemplo, na **insuficiência de residências**, na **falta de cantinas públicas** e de **preços razoáveis de refeições** e no **valor insuficiente das bolsas e atraso na sua atribuição**.

Em relação às **residências**, acentua-se todos os anos a carência de número de camas para estudantes da UL, estudantes esses que ficam depois sujeitos a uma situação de indefinição provocada pela especulação imobiliária tão visível em Lisboa, com casas e quartos em más condições e preços inoportáveis para as carteiras dos estudantes e das suas famílias. No actual contexto pandémico, muitos estudantes permaneceram nas suas residências com condições degradadas e obrigados a pagar as mensalidades independentemente de estarem nas suas casas ou não. A lista D defende acima de tudo que a qualquer estudante deslocado haja uma cama para si nas residências estudantis.

Nas **cantinas**, o preço da refeição social tem vindo a aumentar ano após ano, tendo atingido o valor de 2,75€. Além do preço, a qualidade/quantidade das refeições não é assegurada, sendo que em muitas das faculdades não existe sequer a oferta de uma cantina pública (é concessionada/privatizada). A lista D defende acima de tudo uma oferta de cantinas publicas nas faculdades, que dê resposta às necessidades dos

estudantes e que o preço da refeição social seja reduzido e conseqüentemente congelado.

Por fim, o valor e número de **bolsas** atribuídas continua a ser insuficiente para colmatar as necessidades dos estudantes. São milhares os estudantes que ao longo do ano, passado meses de se candidatarem à atribuição de bolsas não têm uma resposta ao mesmo e que prosseguem no Ensino Superior com uma enorme indefinição na sua vida e sem saberem se terão dinheiro para continuar no Ensino Superior. Para além disso, os estudantes continuam a ser submetidos a um processo extremamente burocrático e a critérios demasiadamente restritos, o que dificulta e restringe a sua atribuição. A lista D defende acima de tudo que tanto o valor como o número das bolsas seja aumentado e que dê uma real resposta às necessidades dos estudantes.

## **Financiamento e Ensino Superior – Universidade de Lisboa (UL)**

A valorização e a democratização plena do Ensino Superior não serão feitas sem uma política de financiamento que corresponda às reais incumbências do Estado –previstas na Constituição – e que garanta à comunidade estudantil um ensino público, gratuito e de qualidade.

Os últimos orçamentos da Universidade de Lisboa têm espelhado uma permanente desresponsabilização do Estado no que concerne ao financiamento da UL, onde “receitas próprias” – propinas, demais taxas, emolumentos, etc. – chegam a corresponder a metade do financiamento de algumas instituições do Ensino Superior (IES). Mas não é aos estudantes e às suas famílias a quem compete suportar as despesas feitas no Ensino.

Com a pandemia, foram agudizados todos os problemas do Ensino Superior e os estudantes enfrentaram ainda mais dificuldades e obstáculos, que podiam ter sido minimizados com mais e melhor investimento.

Nos passados anos, o valor máximo da propina tem vindo a ser reduzido no 1.º ciclo de estudos, resultado dos anos de luta dos estudantes do Ensino Superior, no entanto, as últimas reduções não são suficientes é urgente e necessário que a barreira que as propinas constituem no acesso e frequência do Ensino Superior chegue ao fim. Relativamente ao 2.º ciclo de estudos, o valor da propina encontra-se congelada, mas com valores totalmente incomportáveis para a maioria dos estudantes e das suas famílias. No 3.º ciclo de estudos, tal como no 2º, não há sequer tecto máximo para o valor da propina. A comunidade estudantil deve continuar a sua luta por um Ensino Superior público, gratuito e de qualidade, até que ninguém seja excluído de ingressar no Ensino Superior por falta de condições socioeconómicas.

Esta qualidade do Ensino depende, a todo o custo, de uma nova lei de bases do financiamento do Ensino Superior, para uma que seja capaz de responder às necessidades materiais e pedagógicas dos estudantes: são necessárias obras nas infra-estruturas de várias instituições, são necessários mais espaços de estudo e alargamento de bibliotecas, são necessários investimentos nos serviços administrativos, entre outros.

O Estado deve cumprir o seu dever constitucional, estabelecendo a gratuidade de todos os graus de ensino. Os estudantes vão continuar a lutar pelo fim imediato das propinas, não deve continuar a caber aos estudantes e às suas famílias o papel de financiar o Ensino Superior. A democratização e o desenvolvimento do Ensino Superior disso dependem.